

CAPÍTULO 11

Coordenação de Estágio e Acompanhamento de Egressos (CEAEG) do IFRR/CBV: interligando o estudante ao mundo do trabalho

Enyedja Fabricia de Lima Cruz, Tassiane dos Santos Ferrão

<https://doi.org/10.4322/mp.978-65-84548-20-6.c11>

Resumo

Este artigo propõe realizar uma revisão bibliográfica abrangente destacando a relevância do estágio obrigatório na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com foco no papel desenvolvido pela Coordenação de Estágio e Acompanhamento de Egressos (CEAEG) do IFRR/CBV na inclusão efetiva dos estudantes no mundo do trabalho. O artigo aborda as trajetórias da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, a expansão da Rede Federal de Educação e sua relação com o mundo do trabalho. Foi feita uma abordagem sobre o Instituto Federal de Roraima (IFRR), o Campus Boa Vista (CBV) e os espaços pedagógicos, onde se encontra a Coordenação de Estágio e Acompanhamento de Egressos (CEAEG), setor legalmente responsável por encaminhar os estudantes para o estágio obrigatório. Por fim, foi apresentado um levantamento de pesquisas recentes e relevantes de mestrados tecnológicos recentes, as quais evidenciam a importância do desenvolvimento de estudos e produtos educacionais sobre o estágio supervisionado do ensino médio integrado na EPT.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica, Estágio, Mundo do trabalho, Técnico Integrado.

1. Introdução

Para a integração do mundo do trabalho nos cursos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), destaca-se a importância da realização do estágio obrigatório como uma oportunidade para os estudantes aplicarem a teoria aprendida em sala de aula em um ambiente de trabalho real. Fato concretizado no papel dos Institutos Federais (IFs) na formação não apenas de profissionais, mas de cidadãos preparados para diversas áreas, indo além do mercado de trabalho.



O presente estudo está dividido em cinco tópicos: Preparando cidadãos para o futuro: as transformações na educação profissional e tecnológica (EPT) e no mundo do trabalho; O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR); Organização dos espaços pedagógicos: sua importância para o processo educativo integral e integrado; Coordenação de estágio e acompanhamento de egressos (CEAEG): interligando o estudante ao mundo do trabalho; e o estágio e a formação para o mundo do trabalho.

Primeiramente, é apresentada a evolução da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, graças às mudanças nas políticas educacionais (nos anos 90) e na criação dos Institutos Federais (IFs). Pode-se ressaltar que o papel da EPT é crucial na preparação dos cidadãos para o mundo do trabalho, integrando conhecimentos técnicos e tecnológicos. A criação dos IFs em 2008 representa um marco, configurando-se como instituições pluricurriculares e multicampi.

Na segunda parte, destaca-se a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). O Campus Boa Vista (CBV) do Instituto Federal de Roraima é o lócus do presente estudo, oriundo de um projeto de pesquisa do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (Profept). Está localizado no município de Boa Vista, capital do estado de Roraima.

Neste contexto, diante da diversidade de cursos ofertados no CBV, torna-se relevante a organização dos diversos espaços pedagógicos do campus, já que cada setor contribui para o processo de ensino-aprendizagem do estudante. Neste sentido, na estrutura do CBV, existe a Coordenação de Estágio e Acompanhamento de Egressos (CEAEG), setor que desempenha um papel fundamental ao conectar o ensino em sala de aula com a transição dos estudantes para o mundo do trabalho.

Foram realizadas também pesquisas em dissertações de mestrado, apresentando um levantamento de trabalhos sobre o estágio no ensino médio integrado, destacando contribuições e diretrizes para otimizar o estágio. Essas pesquisas ressaltam a importância do estágio na formação integral dos estudantes, além de fornecerem produtos educacionais, como e-books e manuais, para orientar esse processo.

Diante do exposto, este artigo propõe realizar uma revisão bibliográfica abrangente destacando a relevância do estágio obrigatório na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com foco no papel desenvolvido pela Coordenação de Estágio e Acompanhamento de Egressos (CEAEG) do IFRR/CBV na inclusão efetiva dos estudantes no mundo do trabalho.

2. Preparando cidadãos para o futuro: as transformações na educação profissional e tecnológica (EPT) e no mundo do trabalho

A rápida evolução do mundo do trabalho e das demandas do mercado exige uma constante adaptação da educação para formar cidadãos preparados para enfrentar essas transformações. Segundo relatório do Fórum Econômico Mundial (WORLD ECONOMIC FORUM, 2018) sobre o futuro dos empregos, novas categorias de empregos surgirão substituindo parcial ou totalmente outras. Dessa forma, novas habilidades e competências serão exigidas do trabalhador para torná-lo apto ao mundo cada vez mais tecnológico e globalizado.

Nesse contexto, a Educação Profissional e Tecnológica desempenha um papel fundamental nesse processo transformador. Por isso, rememorar a educação no Brasil a partir da década de 90 é constatar o salto em relação às políticas voltadas para a juventude, principalmente no que tange o acesso à educação para as classes sociais mais excluídas, proporcionando a permanência e êxito desses jovens na escola. Essas mudanças estavam ligadas basicamente às necessidades do mercado e à globalização que acontecia fortemente à época (e até hoje), provocando o fortalecimento do sistema brasileiro de educação por meio de Leis regulamentadas.

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional com a finalidade fundamental de preparar o cidadão “para o exercício de profissões”, contribuindo para inserção e atuação no mundo do trabalho e na vida em sociedade. No Brasil, a partir da LDB, a educação profissional e tecnológica confluiu dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho. Assim, garantindo direitos determinados pela Constituição Federal, conforme o artigo 227, que devem ser garantidos “com absoluta prioridade” (BRASIL, 1988).

Na prática, segundo Neves (1999), a formação de um novo trabalhador e um novo homem, contribuiu para amenizar a crise internacional capitalista. Para Moura (2007), a educação no Brasil tinha a dualidade: para a classe dominada (filhos de trabalhadores), era visada à formação para o mercado de trabalho, enquanto que na elite, seus filhos tinham acesso fácil ao nível superior, cujo objetivo era a formação de uma classe dirigente.

O movimento de reforma da educação no Brasil iniciou em 1994 quando foi criada a Lei Federal 8.948, onde surgiram os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em substituição às Escolas Técnicas. Esta Lei criou o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, permitindo que as Escolas Agrotécnicas também pudessem se transformar em um CEFET, de acordo com vários critérios estabelecidos por decretos.

No ano de 1996 foi sancionada a Lei 9.394 estabelecendo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que vinculava a formação geral do ensino médio à educação profissional, colaborando de alguma forma para que a educação do ensino regular se aproximasse ao mundo do trabalho e às práticas sociais. Contudo, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1997, criou o Decreto nº 2.208, que regulamentou os artigos da LDB referente à educação profissional. No artigo 5º diz que “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL,1997), ou seja, para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 25), com a proibição de se ter a formação integrada, o decreto ainda regulamenta formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional para atender as necessidades do mercado.

No entanto, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (o Lula), no ano de 2003, começam as discussões e reorientações quanto à política da educação profissional e tecnológica. Sendo assim, o novo governo instituiu o Decreto nº 5.154/2004 e revogou o Decreto nº 2.208/97, momento decisivo e determinante para retomar as ofertas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, o decreto também manteve as ofertas dos cursos nas formas concomitante e subsequente.

Para recomeçar a expansão da rede federal, foi criada a Lei 11.195/2005 que alterou o parágrafo 47º da Lei nº9.649/98, que impossibilitava a criação de

novas unidades de ensino pela União. O êxtase da expansão ocorreu em 2008 quando foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), através da Lei Federal nº 11.892/08, que também instituiu a nova política de Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil, iniciada em 2003.

Posta a expansão, veio à tona a concepção da educação integrada e integral, que rompeu o dualismo (onde a classe dominada recebia formação voltada para o mercado de trabalho, enquanto a elite, tinham acesso fácil ao nível superior).

Em se tratando das perspectivas da prática social e das especificidades próprias, a cada uma de suas dimensões, Ramos (2008) versa sobre a proposta de organização do ensino médio de forma integrada.

O autor ressalta a necessidade do estabelecimento de uma base unitária que torne definidas todas as diversas possibilidades de conhecimentos específicos para formação e exercício profissional, iniciação científica e ampliação da formação cultural, possibilitando o desenvolvimento de atividades, respectivamente, ao trabalho, à ciência e à cultura, contribuindo para o atendimento das necessidades e características sociais, culturais, econômicas e intelectuais dos/as estudantes.

Na EPT está prevista a integração dos diferentes níveis e modalidades da Educação, das dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. A articulação da EPT permite as mais variáveis possibilidades, destacando-se a modalidade da educação básica no nível do ensino médio, na forma articulada de oferta (integrada, concomitante ou intercomplementar – concomitante na forma e integrado no conteúdo) e de forma subsequente.

Quando se fala em EPT, não tem como deixarmos de falar sobre os Institutos Federais, pois estes são exemplo puro e real, de instituição que faz a EPT acontecer no país.

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008b).

Os Institutos Federais (IFs) configuram as unidades de educação que formam jovens e adultos, em parte para atender ao mercado de trabalho, oferecendo um ensino de qualidade, com ferramentas tecnológicas e atualizadas, e estão em todos os estados brasileiros, nos mais longínquos lugares desse país tão imenso e com tantas peculiaridades.

Pacheco (2015, p. 16), no artigo Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora, resume e atualiza o que são os IFs, veja que ele adiciona mais um elemento, a cultura.

Os Institutos Federais surgem como autarquias de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, encontrando na territorialidade* e no modelo pedagógico elementos singulares para sua definição identitária. Pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, é, porém, ao eleger como princípio de sua prática educacional a prevalência do bem social sobre os demais interesses que essas instituições consolidam seu papel junto à sociedade. E na construção de uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade, identificam-se como verdadeiras incubadoras de políticas sociais (PACHECO, 2015, p.16).

Os IFs possuem currículos com correntes pedagógicas contemporâneas que visam proporcionar aos estudantes a experiência no mundo do trabalho. Com esse intuito, a maioria dos cursos do Ensino Médio Integrado exigem em seu PPC a realização do estágio obrigatório para finalização do curso e conseqüentemente a obtenção do diploma. De acordo com a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação - CNE - (2012), para o concluinte, que caracteriza a efetiva qualificação profissional técnica para o exercício no mundo do trabalho, é conferido certificado de qualificação profissional técnica, no qual deve ser explicitado o título da ocupação certificada.

Conforme o Art. 2º da Lei de Estágio nº 11.788/2008, “O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso” (BRASIL, 2008).

Corroborando com o exposto, a Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, dispõe sobre como o estágio supervisionado dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio poderá ser realizado:

§ 3º O estágio profissional supervisionado, quando necessário em função da natureza do itinerário formativo, ou exigido pela natureza da ocupação, pode ser incluído no plano de curso como obrigatório ou voluntário, sendo realizado em empresas e outras organizações públicas e privadas, à luz da Lei nº 11.788/2008 e conforme Diretrizes específicas editadas pelo Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2008).

Por isso, ao final do curso, poderá ser diminuída a quantidade de disciplinas curriculares ofertadas naquele semestre, para que o estudante realize o estágio curricular obrigatório e assuma o seu papel no mundo do trabalho, de forma concomitante aos estudos. Saviani (2007), enfatiza que somente os humanos são capazes de estudar e trabalhar.

3. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR, foi criado pela Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Conforme a Portaria Nº 4/MEC, de 6 de janeiro de 2009, o IFRR iniciou com três *campi*: Campus Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari, ou seja, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima/ CEFET-RR passou a ser o IFRR. O IFRR é uma instituição autônoma, que integra o Sistema Federal de Ensino, sendo organizado por meio de estatuto próprio nas áreas Administrativa, Didática e Patrimonial, é uma instituição vinculada ao Ministério da Educação (MEC), e supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Atualmente o IFRR possui os seguintes *campi*, elencados cronologicamente: Campus Boa Vista (CBV), Campus Novo Paraíso (CNP), Campus Amajari (CAM), Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO) e Campus Avançado Bonfim (CAB) - em fase de implantação, além da unidade administrativa da Reitoria.

O IFRR tem como objetivos, segundo o Estatuto do IFRR/2020, resumidamente aqui descritos: ministrar a educação profissional, Técnica de Nível Médio, ministrar os Cursos de Formação Inicial e Continuada, ministrar a educação superior (cursos de tecnologia, licenciaturas e bacharelados); realização de pesquisas e desenvolvimento nas atividades de extensão; oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e

especializações e os cursos de pós-graduação *Stricto sensu* de mestrado e doutorado.

Ainda, segundo o Estatuto do IFRR/2020, os princípios norteadores do IFRR são: compromisso em promover a justiça social, a cidadania, a ética, a preservação do meio ambiente, ser transparente e ter uma gestão democrática; Verticalização do ensino, integrando a pesquisa e a extensão; ter eficácia na formação profissional, difundindo o conhecimento científico e tecnológico e suporte para os arranjos produtivos locais, sociais e culturais; Incluir pessoas com deficiências, com necessidades específicas, incluindo os Transtornos Globais do Desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; além de ser de natureza pública e gratuita do ensino.

O Campus Boa Vista (CBV) do Instituto Federal de Roraima, é o lócus da pesquisa do presente projeto de mestrado da pesquisadora. O IFRR/CBV está localizado no município de Boa Vista, capital do estado de Roraima.

Atualmente o campus Boa Vista apresenta os seguintes cursos:

No nível técnico são oferecidos os cursos de Análises Clínicas, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Enfermagem, Informática e Secretariado.

No nível superior, na modalidade licenciatura, são oferecidos os cursos de Ciências Biológicas, Educação Física, Letras-Espanhol e Literatura Hispânica, Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola, Letras - Língua Portuguesa e Literaturas - Segunda Habilitação, Matemática e Pedagogia.

No nível superior, na modalidade Tecnologia, são oferecidos os cursos em Gestão Hospitalar, Saneamento Ambiental, Gestão de Turismo e Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

No nível de especialização, são oferecidos os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Residência Judicial, Pós-Graduação Lato Sensu em Docência em Educação Física Escolar, Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Ensino em Saúde no Contexto Regional, Pós-Graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, Especialização em Ensino de Matemática para o Ensino Médio, Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Municipal, Pós-Graduação Lato Sensu em Informática na Educação.

E ainda o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional.

Neste contexto, diante da diversidade de cursos ofertados, torna-se relevante a organização dos diversos espaços pedagógicos do campus, já que cada setor contribui para o processo de ensino-aprendizagem do estudante.

4. Organização dos espaços pedagógicos: sua importância para o processo educativo integral e integrado

A criação dos Institutos Federais levou em consideração a utilização das infraestruturas que já existiam no contexto da rede federal como salas de aulas, biblioteca, laboratórios de experimentações científicas e aulas práticas, auditórios para as apresentações culturais, quadras esportivas, entre outras. Nesses espaços, formais e não formais, que acontece a formação integral, a qual se atém ao preparo profissional e que deve estar atrelado ao desenvolvimento do ser humano como um ser omnilateral, social, espiritual, político. Ou seja, o desenvolvimento de um ser que trabalha, pensa e produz cultura.

Nessa perspectiva, Pacheco (2015), diz que:

O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, de princípios e de valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele. Um profissionalizar-se mais amplo, que abra infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo, princípios esses válidos, inclusive, para as engenharias e as licenciaturas (PACHECO, 2015, p. 14).

Santos e Silva (2021) salientaram a importância das instalações serem adequadas para um trabalho educativo de qualidade e acessível a todos. Além de apresentarem a concepção de espaço geossocial em EPT, aludindo à territorialidade humana como sendo a participação imprescindível dos atores que utilizam esse espaço, caracterizado pelo diálogo em torno das questões envolvendo os aspectos naturais e socioculturais. Analisando estudos da literatura sobre as Concepções de Espaços Pedagógicos, os autores resumiram as principais definições encontradas sobre os espaços pedagógicos, sendo elas: Espaço físico, escolar ou institucional; Espaço de aprendizagem extra

institucional; Espaço físico e de práticas pedagógicas na educação infantil; Espaço de inclusão, no contexto da educação especial; e Espaços de Aprendizagem, de gestão participativa e de avaliação no contexto da EPT.

Diante do exposto, à compreensão do espaço pedagógico, seja como um espaço físico dentro da instituição, seja da educação formal ou não formal, está alinhado com a proposta de criação dos IFs. Dessa forma, salienta-se a importância da organização de todos os espaços pedagógicos para o processo educativo integral e integrado.

5. Coordenação de estágio e acompanhamento de egressos (CEAEG): interligando o estudante ao mundo do trabalho

Dentre os vários espaços pedagógicos do *Campus* Boa Vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, a Coordenação de Estágio e Acompanhamento de Egressos (CEAEG) é um setor de grande relevância para interligar o processo de ensino-aprendizagem do estudante da sala de aula ao mundo do trabalho.

A CEAEG está subordinada à Diretoria de Extensão do CBV. Segundo o Regimento Interno do Campus Boa Vista (2014), a Diretoria de Extensão:

é o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de Extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e a pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais ligados ao *Câmpus* Boa Vista (REGIMENTO INTERNO DO CAMPUS BOA VISTA., 2014, p. 118).

As atividades gerais da CEAEG são definidas atualmente pela Resolução 292/CONSUP/IFRR de 05 maio de 2017, que trata sobre o regulamento geral para realização do estágio curricular supervisionado dos cursos do IFRR, que tem como base a Lei de Estágio 11.788/2008, pelo Regimento Interno do CBV e pelos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de cada curso do CBV. Para o ano de 2023, no segundo semestre, está previsto entrar em vigor a nova Resolução do Estágio, que foi atualizada para atendimento das necessidades direcionadas pelos campi.

Segundo a Resolução de Estágio do IFRR 2017, a atividade padrão da CEAEG é a emissão de documentos tais como o Termo de Compromisso do Estágio, a Carta de Apresentação; entrega de formulários para preenchimento

durante a realização do estágio, como a ficha de frequência, ficha de avaliação do supervisor; e ao final da realização do estágio por parte dos estudantes, receber os documentos de estágio por eles preenchidos e, assim, posteriormente fazer a guarda, numa espécie de arquivo *ad aeternum*, ou seja, fazer o controle e a gestão documental.

No entanto, a função do setor vai muito além de atividades burocráticas e administrativas, já que a CEAEG é responsável também por propiciar ao estudante o acesso às informações e ferramentas necessárias para o desenvolvimento do estágio; prestar assessoria aos coordenadores de curso; capacitar os professores orientadores nos aspectos técnicos e procedimentais de estágio; lançar notas de estágios dos cursos técnicos no sistema eletrônico; articular com os agentes de integração as oportunidades de estágios (principalmente os estágios extracurriculares), dentre outras atividades.

No IFRR/CBV, o setor da CEAEG ainda não possui um regulamento próprio e nem um fluxograma para ser direcionado aos atores envolvidos no processo de estágio, assim como para uso do próprio setor. Isso acaba por dificultar muitas vezes o andamento das atividades da coordenação.

Além das atividades relacionadas ao estágio, a CEAEG também é responsável pelo acompanhamento de egressos do IFRR/CBV e realiza, juntamente com outros setores, a gestão da política de acompanhamento de egressos, bem como a realização anual do Evento Encontro de Egresso.

Todos os estudantes que vão para o estágio devem passar pela CEAEG, pois este é o setor legalizado da instituição e que tramita todo o processo das atividades de estágio. Dessa forma, a CEAEG é um espaço interno de formação que auxilia a ida dos estudantes para a experiência externa, fora do espaço de formação da sala de aula, sendo o contato com o meio externo onde o estagiário colocará em prática a teoria aprendida. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRR 2019-2023 descreve as dimensões da extensão, que permeiam ações, atividades e indicadores que estejam em conformidade com as orientações da Setec/MEC para a extensão da Rede Federal, logo:

V – Fomento a estágio e emprego: ações que visam à inserção dos estudantes do IFRR no mundo do trabalho por meio da divulgação das potencialidades acadêmicas, bem como da captação das necessidades, das demandas e da prospecção de oportunidades de estágio/emprego no setor produtivo.

6. O estágio e a formação para o mundo do trabalho

Trazendo o aspecto do mundo do trabalho para dentro da EPT, os cursos apresentam nos currículos o oferecimento do estágio obrigatório, que está ligado à oportunidade do estudante em ampliar sua visão de mundo, onde ele estará colocando em prática a teoria recebida dentro da sala de aula, em um ambiente diferente da escola, interagindo com outras pessoas, seguindo normas e rotinas, comuns a quem está num espaço de trabalho. Segundo Saviani (2007), no que diz respeito ao trabalho-educação (fundamentos ontológicos e históricos), o homem age de forma racional, transformando e modificando a natureza a seu favor.

Para Saviani, o trabalho é essencial à vida humana, pois o faz produzir sua própria existência, de forma que abrange suas interações naturais e sociais. O trabalho não é um ato realizado de forma instintiva, ou seja, nós devemos aprender a trabalhar, e logo esse aprender, se remete ao ato de educar. Assim, a educação, juntamente com o trabalho, deve ser entendida como essencial à vida humana, assegurando que os conhecimentos adquiridos, foram anteriormente validados pela experiência.

O objetivo central dos IFs, segundo Pacheco (2015) não seria somente a formação do profissional para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão formado para o mundo do trabalho, que poderia ser tanto um técnico quanto um filósofo ou escritor, superando o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista. Continuando, Pacheco (2015) diz que a música deve ser incentivada, sendo parte integrante da formação de nossos alunos, assim como as artes plásticas, o teatro e a literatura. As novas formas de inclusão no mundo do trabalho e as novas formas de organizações produtivas, como a economia solidária (que se refere aos princípios da valorização do ser humano, do trabalho, da justiça, da solidariedade e da sustentabilidade do planeta) e o cooperativismo devem ser objeto de estudo na Rede Federal.

Legalmente no Brasil, a Lei de Estágio, 11.788/2008, define que o estágio é o ato educativo escolar supervisionado, a ser desenvolvido no âmbito do trabalho, visando preparar os educandos para o trabalho produtivo, desde que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais

do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. É garantido formalmente o acesso dos jovens a experimentação/vivência prévia do mundo do trabalho.

Diante do exposto, a importância do estágio na EPT é demonstrada por pesquisas de mestrados tecnológicos recentes relacionadas ao estágio supervisionado do ensino médio integrado, as quais contribuíram para o desenvolvimento de produtos educacionais relevantes para o tema, como demonstra o Quadro 1.

Quadro 1. Dissertações relacionadas ao tema do estágio supervisionado no ensino médio integrado.

TÍTULO	CITAÇÃO
As contribuições de uma sequência didática formativa para a prática do estágio curricular supervisionado para alunos do ensino médio integrado	Lovato, L. M. (2020)
Ensino Médio Integrado e o mundo do trabalho: o estágio supervisionado no contexto do IFSULDEMINAS - Campus Poços de Caldas	Silva, C. G. (2020)
Estágio supervisionado: espaço de formação do estudante da educação profissional e tecnológica	Castro, M. S. (2020)
Os elementos formativos presentes no estágio curricular supervisionado de um curso técnico integrado ao ensino médio	Bazana, J. R. (2020)
Estágio curricular na educação profissional e tecnológica: alternativas para favorecer a inclusão de alunos surdos do Instituto Federal de Roraima – Campus Novo Paraíso	Oliveira, S. C. S. (2021)

Fonte: De autoria própria, 2023.

Lovato (2020) publicou a dissertação de mestrado com o seguinte título “As Contribuições de uma Sequência Didática Formativa para a Prática do Estágio Curricular Supervisionado para Alunos do Ensino Médio Integrado”. Cujo objetivo foi “desenvolver uma sequência didática formativa para a prática do estágio curricular supervisionado do Ensino Médio Integrado e investigar suas contribuições para a formação integral do estudante”, resultando como produto educacional uma sequência didática formativa para o estágio curricular supervisionado no ensino médio integrado.

Derivado do mestrado profissional, Silva (2020) publicou a dissertação denominada “Ensino Médio Integrado e o mundo do trabalho: o estágio supervisionado no contexto do IFSULDEMINAS - Campus Poços de Caldas”. Tal dissertação teve como objetivo “aprimorar o aproveitamento do estágio obrigatório realizado pelos alunos do primeiro e segundo ano do Curso Técnico em Eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio do IFSULDEMINAS - Campus Poços de Caldas, propondo diretrizes capazes de promover maior conscientização sobre o papel do estágio na formação dos discentes”. Como produto educacional da pesquisa, foi elaborado um E-book sobre o “Estágio Descomplicado”.

Também no ano de 2020, Castro (2020) publicou a dissertação intitulada “Estágio supervisionado: espaço de formação do estudante da educação profissional e tecnológica”, cujo objetivo foi “analisar a contribuição do estágio supervisionado na oferta da EPTNM de forma integrada no Campus Rio Pomba para a formação integral dos indivíduos”. O produto educacional gerado foi um e-book intitulado “Papo de Estagiário a importância do ensino médio integrado”.

Em 2020, foi publicada por Bazana (2020) a dissertação com o título “Os Elementos Formativos Presentes no Estágio Curricular Supervisionado de um Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio”, que teve como objetivo geral “investigar elementos formativos presentes no contexto do estágio curricular supervisionado que apresentam potencial pedagógico capaz de qualificar o espaço/tempo de estágio e contribuir para a formação integral dos estudantes”. A pesquisa resultou na elaboração de um produto educacional no formato de cartilha, contendo orientações sobre o estágio curricular supervisionado dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFFar Campus Panambi.

Em 2021, Oliveira (2021) publicou a dissertação “Estágio Curricular na Educação Profissional e Tecnológica: Alternativas para Favorecer a Inclusão de Alunos Surdos do Instituto Federal De Roraima – Campus Novo Paraíso”, com o objetivo geral de “Analisar o processo de acompanhamento e orientação durante o período de estágio curricular de estudantes surdos dos cursos técnicos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima campus Novo Paraíso, a fim de desenvolver e avaliar um Manual Orientador”. Os resultados do estudo levaram a construção do produto educacional com título “Manual Orientador sobre estágio curricular supervisionado dos cursos técnicos

integrados ao ensino médio para estudantes surdos do IFRR – Campus Novo Paraíso.”.

De acordo com tais publicações, observa-se, que a maioria dos trabalhos estão concentrados na região sudeste do Brasil e foram realizados por mulheres servidoras da rede federal (trabalham na área). Porém, importante ressaltar que as buscas realizadas nos sites de publicações e repositórios, tais como Scielo, Sucupira, e nos sites da rede federal de ensino, a temática sobre estágios ainda é pouca, considerando sua importância para a formação dos estudantes da educação profissional.

7. Considerações finais

O desenvolvimento histórico das Instituições Federais de Ensino foi impulsionado por interesses políticos, legislações e contribuições de pesquisadores, especialmente servidores da Rede Federal de Educação.

O estágio supervisionado nos cursos técnicos integrados é apresentado como uma oportunidade para ampliar a formação integral dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), indo além da preparação para o mercado de trabalho. Como crítica, a escassez de estudos sobre os estágios na EPT, apesar de sua relevância, indica-se a necessidade de mais pesquisas nesta área, dada a relevância da participação ativa dos estudantes na dinâmica educacional.

Delineadas as responsabilidades da CEAEG, como as atividades de emissão de documentos, gestão documental e assessoria a coordenadores de curso, sua importância vai além da parte burocrática, sendo um setor de grande relevância, cujo papel também é interligar o processo de ensino-aprendizagem do estudante da sala de aula para o mundo do trabalho.

8. Referências

BAZANA, Josiana Rita. **Os elementos formativos presentes no estágio curricular supervisionado de um curso técnico integrado ao ensino médio**. Dissertação (Mestrado). Instituto Federal Farroupilha, Jaguarí, 2020. https://drive.google.com/file/d/1fC_wZRWJD58Le7JxwqX5fsK0o1yDUymd/view. (Acessado 01 de setembro de 2022).

BRASIL. **Cartilha Esclarecedora sobre a lei do estágio**: Lei nº 11.788/2008. Brasília, DF: MTE, SPPE, DPJ, CGPI, 2008. https://www.inqc.org.br/estagios/Cartilha_Lei_Estagio.pdf (Acessado 06 de dezembro de 2022).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. Lei nº 9394/1996. Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm (Acessado 06 de dezembro de 2022).

BRASIL. Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909. **Créa nas capitales dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. República dos Estados Unidos do Brazil**, 1909. http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf (Acessado 16 de julho de 2022).

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica**: concepção e diretrizes. MEC, Brasília, 2010. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. (Acessado 06 de dezembro de 2022).

BRASIL. Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. **Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1994b. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8948.htm (Acessado 06 de dezembro de 2022).

BRASIL. Lei Federal nº 11.741, de 16 de julho de 2008. **Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica**. Brasília, 2008a. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm (Acessado 15 de julho de 2022).

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica**. Brasília, 2013. <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file> (Acessado 30 de novembro de 2022).

CASTRO, Mariana Soares. **Estágio Supervisionado: espaço de formação do estudante da educação profissional e tecnológica**. Rio Pomba. 2020. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9957252 (Acessado 09 de maio de 2022).

ClAVATTA, Maria. (2005). A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v.3, n.3. <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122> (Acessado 13 de dezembro de 2022).

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CNE. **Resolução Nº 6, de 20 de setembro de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.**

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN62012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio (Acessado 06 de maio de 2022).

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio et al (Org.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p. 21-56.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. **Regimento Interno do Campus Boa Vista.** 29 de dezembro de 2014. <https://boavista.ifrr.edu.br/regimentointerno/regimento-interno-do-campus-boa-vista> (Acessado 13 de dezembro de 2022).

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA.

Plano De Desenvolvimento Institucional IFRR 2019-2023. 2019. <https://ifrr.edu.br> (Acessado 13 de dezembro de 2022).

LOVATO, Livia Maria. **As contribuições de uma sequência didática formativa para a prática do estágio curricular supervisionado para alunos do ensino médio integrado.** Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Sertãozinho, 2020. <https://repo.ifsp.edu.br/handle/123456789/200>. (Acessado 04 de maio de 2022).

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e Perspectivas de Integração. **Holos**, v. 2, p. 4-30, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje.** 2ª ed. São Paulo, Cortez, 1999.

NUNES, Zilda Clarice Rosa Martins. **Memória e História da Educação:** entre práticas e representações. In: Maria Cristina Leal; Marília Pimentel. (Org.). História e Memória da Escola Nova. Rio de Janeiro: Loyola, 2003, v. 1, p. 9-26.

OLIVEIRA, Sarah Cruz de Souza. **Estágio curricular na educação profissional e tecnológica:** alternativas para favorecer a inclusão de alunos surdos do Instituto Federal de Roraima – Campus Novo Paraíso. IFRR, Boa Vista, 2021. <https://www.ifrr.edu.br/profept/dissertacoes/estagio-curricular-na-educacao-profissional-e-tecnologica-alternativas-para-favorecer-a-inclusao-de-alunos-surdos-do-instituto-federal-de-roraima-2013-campus-novo-paraiso/view> (Acessado 04 de abril de 2022).

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal, RN: IFRN, 2015.
<https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1018> (Acessado 16 de julho de 2022).

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepções e princípios do ensino médio integrado**. In: BRASIL (2008). Ensino médio integrado: uma perspectiva abrangente na política pública educacional. Brasília: mimeo, 2008.

SANTOS, Gidair L.; SILVA, Assis L. **A Organização dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica: Aproximações da Literatura Acadêmica**. 2021.
https://editorarealize.com.br/editora/anais/epepe/2021/TRABALHO_EV167_MD1_SA105_ID79_17092021071800.pdf (Acessado 12 de dezembro de 2022).

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da Politecnicia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003.
<https://www.scielo.br/j/tes/a/zLgxprrxCX5GYtgFpr7VbhG/?lang=pt> (Acessado 13 de dezembro de 2022).

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, p. 152-180, 2007.
<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf> (Acessado 30 de novembro de 2022).

SCHIEDECK, Silvia.; FRANÇA, Maria. C. C. C. **A origem de uma nova institucionalidade em EPT: narrativas e memórias sobre os Institutos Federais**. 2019. Vídeo MP4.
<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433129?mode=full> (Acessado 16 de julho de 2022).

SILVA, Caetana Juracy Rezende. (Org.). **Institutos Federais, Lei nº 11.892 - Comentários e reflexões**. Natal, RN: IFRN, 2009, 70 p.
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&Itemid=30192 (Acessado 15 de julho de 2022).

SILVA, Cissa G. da; MARCUSSO, Marcus F. Ensino Médio Integrado e o mundo do trabalho: o estágio supervisionado no contexto do IFSULDEMINAS - campus Poços de Caldas. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 22, e11680, 2022. DOI: 10.15628/rbept.2022.11680

SILVA, Rilda Simone Maia da. **Estágio Curricular e sua contribuição na construção da identidade profissional dos estudantes da Educação Técnica de Nível Médio**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2019.
<http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/304> (Acessado 17 de julho de 2022).

WORLD ECONOMIC FORUM. The Future of Jobs Report 2018. Insight Report. 2018. <https://www.weforum.org/reports/the-future-of-jobs-report-2018> (Acessado 20 de abril de 2022).

Autores

Enyedja Fabricia de Lima Cruz¹, Tassiane dos Santos Ferrão^{2,*}

1. Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, Pricumã, nº: 2496, CEP 69303-340, Boa Vista, Brasil.
2. Campus Novo Paraíso, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Br 174, Km 512, Caracarái-RR, Brasil.

* Autor para correspondência: tassiane.ferrao@ifrr.edu.br